Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. e da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de maio de 2018, sem ressalva.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e
 consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as
 correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação
 adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 Rafael Biedermann Mariante Contador CRC 1SP243373/O-o

Índice

Balanços patrimoniais	2
Demonstração do resultado do exercício	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração do valor adicionado	
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	7

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. Balanço patrimonial

Em milhares de Reais

		Controla	adora	Consoli	dado			Controla	dora	Consolie	dado
Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	245	260	250	262	Fornecedores	14	6.754	10.840	6.781	10.840
Aplicações financeiras	6	616	15	616	24	Empréstimos e financiamentos	16	23.326	21.345	23.326	21.409
Contas a receber de clientes	7	21.604	23.523	21.604	23.523	Duplicatas descontadas	16	5.435	8.998	5.435	8.998
Estoques	8	24.702	26.302	24.702	26.302	Obrigações sociais e trabalhistas	17	4.400	4.086	4.407	4.095
Impostos a recuperar	10	5.711	7.036	5.744	7.071	Obrigações fiscais e tributárias	27	1.505	2.391	1.507	2.400
Adiantamentos a fornecedores	9	7.797	10.165	7.803	10.188	Passivos relacionados a contratos com clientes		601	1.208	601	1.208
Outros créditos - CP		1.246	871	1.252	883	Partes relacionadas		-	534	-	534
						Outras contas a pagar			<u> </u>		
		61.921	68.172	61.971	68.253			42.021	49.402	42.057	49.484
Não circulante						Não circulante					
Depositos judiciais		444	247	444	247	Empréstimos e financiamentos	16	35.027	33.246	35.027	33.246
Impostos a recuperar	10	7.138	6.757	7.138	6.757	Obrigações sociais e trabalhistas	17	5.430	3.969	5.430	3.969
Impostos diferidos, líquido	18	15.323	11.817	15.710	11.966	Obrigações fiscais e tributárias		325	-	325	-
Aplicações financeiras retidas	6	1.503	1.502	1.503	1.502	ICMS diferido a recolher	27	8.779	10.360	8.779	10.360
Partes relacionadas		1.278	-	-	-	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas					
Outros créditos		208	822	208	245	e tributários	19	3.148	2.247	3.148	2.247
						Outras contas a pagar		148	673	148	671
		25.894	21.145	25.003	20.717		_	52.857	50.495	52.857	50.493
						Total do passivo		94.878	99.897	94.914	99.977
Investimento em controlada	11	1.129	1.438	-	-	•	•				
Imobilizado	12	62.598	64.336	62.613	64.361	Patrimônio líquido	20				
Intangível	13	22.603	20.995	25.393	23.788	Capital social		73.436	68.436	73.436	68.436
						Reserva de subvenção para investimentos		7.567	7.426	7.567	7.426
		86.330	86.769	88.006	88.149	Lucros (prejuízos) Acumulados		(1.736)	-	(1.736)	-
						Ajustes de avaliação patrimonial		-	327	_	327
		112.224	107.914	113.009	108.866	, ,	•				
		<u> </u>		, ,		Patrimônio líquido atribuível aos controladores		79.267	76.189	79.267	76.189
						Participação dos acionistas não-controladores				799	953
						Total do patrimônio líquido		79.267	76.189	80.066	77.142
Total do ativo		174.145	176.086	174.980	177.119	Total do passivo e patrimônio líquido		174.145	176.086	174.980	177.119

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2108	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	21	107.788	88.430	107.788	88.430
Custos dos produtos vendidos	22	(60.091)	(51.957)	(60.091)	(51.957)
Lucro bruto		47.697	36.473	47.697	36.473
Despesas gerais e administrativas	22	(19.521)	(14.784)	(20.129)	(15.162)
Despesas com vendas	22	(24.513)	(25.712)	(24.513)	(25.712)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	2.016	4.238	2.016	4.238
Resultado de equivalência patrimonial	11	(309)	(192)		
Lucro (prejuízo) operacional		5.370	23	5.071	(163)
Despesas financeiras	23	(11.482)	(13.082)	(11.581)	(13.159)
Receitas financeiras	23	724	456	729	474
Resultado financeiro, líquido		(10.758)	(12.626)	(10.852)	(12.685)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(5.388)	(12.603)	(5.781)	(12.848)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(40)	_	(40)	_
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	3.506	5.419	3.745	5.568
Prejuízo do exercício		(1.922)	(7.184)	(2.076)	(7.280)
Atribuível a:					
Acionistas controladores				(1.922)	(7.184)
Acionistas não-controladores			_	(154)	(96)
			_	(2.076)	(7.280)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia	20		•		
durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	28			(0.7460)	(2.9606)
Básico				(0,7460)	(2,8606)
Diluído				(0,7491)	(2,8606)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de Reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2107
Prejuízo do exercício	28	(1.922)	(7.184)	(2.076)	(7.280)
Outros resultados abrangentes					-
Total do resultado abrangente do exercício		(1.922)	(7.184)	(2.076)	(7.280)
Atribuível a: Acionistas controladores Acionistas não-controladores				(1.922) (154) (2.076)	(7.184) (96) (7.280)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

Atribuível aos acionistas da Controladora Reserva de Ajuste de Participação Total do Capital social avaliação patrimônio Retenção Reserva Reserva subvenção para Prejuízos dos não integalizado de lucros investimentos legal investimentos patrimonial acumulados Total controladores líquido Saldos em 31 de dezembro de 2016 68.436 4.198 953 985 7.727 1.074 83.373 1.049 84.422 Prejuízo do exercício (7.184)(7.184)(96)(7.280)(-) Realização do custo atribuído (1.132)1.132 Realização dos impostos diferidos sobre o custo atribuído 385 (385)5.038 Constituição de reserva de subvenção (5.038)(4.198)(953) (985) (5.339)11.475 Absorção de prejuízo Saldos em 31 de dezembro de 2017 68.436 7.426 327 76.189 953 77.142 Prejuízo do exercício (1.922)(1.922)(154)(2.076)Integralização de Capital (Nota 20) 5.000 5.000 5.000 (-) Realização do custo atribuído (495) 495 Realização dos impostos diferidos sobre o custo atribuído 168 (168)Constituição de reserva de subvenção 4.953 (4.953)4.812 Absorção de prejuízo (4.812)Transferência de resultado / Constituição de reservas Saldos em 31 de dezembro de 2018 73.436 7.567 (1.736)799 79.267 80.066

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

	-	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/217
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.388)	(12.603)	(5.781)	(12.848)
Ajustes de:	1.1	200	102		
Resultado de equivalencia patrimonial	11	309	192	- 001	2.475
Provisão para contigências	19	901	3.475	901	3.475
Perda na baixa de imobilizado	12	1.292	81	1.292	81
Depreciação e amortização	12 e 13	8.292	8.280	8.310	8.298
Redução ao valor recuperável de ativos	1.6	7.786	3.344	7.786	3.344
Despesas de juros e variações apropriados	16	5.124	10.660	5.124	10.728
(Aumento) redução nos ativos					
Aplicações financeiras	6	(602)	1.046	(593)	1.039
Contas a receber	7	1.919	(1.053)	1.919	(1.053)
Estoques	8	1.600	(2.585)	1.600	(2.585)
Impostos a recuperar	10	944	318	946	323
Adiantamentos a fornecedores		2.171	5.939	2.188	5.917
Outros créditos		(1.081)	(946)	(374)	(372)
(Redução) aumento nos passivos					
Fornecedores	14	(4.086)	6.166	(4.059)	6.156
Adiantamento de clientes		(607)	922	(607)	922
Obrigações fiscais, tributárias e subvenções governamentais		(2.467)	(157)	(2.474)	(151)
Obrigações sociais e trabalhistas		2.100	3.057	2.098	3.051
Outras contas a pagar	_	(524)	5.728	(521)	5.726
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	_	17.683	31.864	17.755	32.051
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado		(7.409)	(16.790)	(7.415)	(16.790)
Aquisição de intangível	_	(9.830)	(4.376)	(9.830)	(4.782)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	_	(17.239)	(21.166)	(17.245)	(21.572)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	16	14.071	960	14.071	960
Amortização de empréstimos e financiamentos - Principal (*)	16	(11.689)	(7.093)	(11.689)	(7.093)
Amortização de empréstimos e financiamentos - Juros (*)	16	(4.278)	(5.975)	(4.341)	(5.979)
Duplicatas descontadas	16	(3.563)	. ,	(3.563)	` _
Integralização de Capital	20	5.000	<u> </u>	5.000	
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	_	(459)	(12.108)	(522)	(12.112)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	=	(15)	(1.410)	(12)	(1.633)
No início do exercício	6	260	1.670	262	1.895
No fim do exercício	6 _	245	260	250	262
Redução em caixa e equivalentes de caixa	_	(15)	(1.410)	(12)	(1.633)

^(*) A Companhia adota como política a apresentação de juros sobre empréstimos para fins de demonstração do fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

1 Contexto operacional

A Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A., a seguir denominada como, "Controladora" ou "Lifemed" e sua controlada (conjuntamente referidas como "a Companhia"), sediada em Pelotas no Rio Grande do Sul, tem como objeto social a produção e comercialização de produtos, equipamentos e saneantes domissanitários da área médico e hospitalar com 100% das vendas realizadas atualmente no mercado interno, disseminadas em todo o território nacional. A Companhia atua no segmento de infusão, monitoração, paramentação cirúrgica, esterilização e serviços de manutenção hospitalar. Seus principais clientes são órgãos de saúde pública e entidades de saúde privadas.

2 Base de apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 30 de abril de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para IFRS e CPC, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inlcuisve instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.3 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Nossa administração considera que nossas operações compõem um único segmento operacional identificável, qual seja, o segmento de produtos para saúde destinados aos prestadores de serviços de saúde.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos e informações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações referentes aos julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e as estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 Contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa)
- Nota 8 Estoques (provisão para perdas com estoques)
- Nota 12 Imobilizado (taxas de depreciação e recuperabilidade *impairment*)
- Nota 13 Intangível (taxas de amortização e recuperabilidade *impairment*)
- **Nota 18** Impostos diferidos (recuperabilidade)
- Nota 19 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.

2.6 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018:

• CPC 48/IFRS 9 (Instrumentos Financeiros), aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38/IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Em 31 de dezembro de 2018, a administração avaliou os efeitos relacionados à adoção da nova norma e não identificou impactos materiais.

• CPC 47/IFRS 15 (Receita de Contratos com Clientes), essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 30/IAS 18 (Receitas) e correspondentes interpretações.

Em 31 de dezembro de 2018, a administração avaliou os efeitos relacionados à adoção da nova norma e não identificou impactos materiais relacionados ao reconhecimento e mensuração das receitas, bem como não identificou a necessidade de alterações em suas políticas contábeis. No que diz respeito aos saldos classificados até 31 de dezembro de 2017 na rubrica "Adiantamento de clientes", em 31 de dezembro de 2018, a administração revisou a nomenclatura para "Passivos relacionados a contratos com clientes" para alinhamento com as premissas dispostas pelo CPC 47/IFRS 15.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

No que se refere à interpretação ICPC 21/IFRIC 22 (Transações em moeda estrangeira), que também entrou em vigor em 10 de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações financeiras.

a. Base de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas e a Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Transação com não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivlaentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas ou que encerraram o exercício com saldo negativo na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas e as que encerraram o exercício com saldo negativo são demonstrada como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

c. Ativos financeiros

i) Classificação

A partir de 10 de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Quando aplicável, a Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

ii) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

iii) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

iv) Impairment

A partir de 10 de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

v) Compensação de instrumentos financeiros

Quando aplicável, ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

vi) Políticas contábeis adotadas até

31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1°. de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

vi.a Classificação

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

vi.b Reconhecimento e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48. Subsequentemente, os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorressem. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda eram vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, eram incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia avaliava na data de cada balanço se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por impairment eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

O montante da perda por impairment era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia poderia mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado.

d. Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos desiginados como *hedge accounting*.

As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, reduzida ao seu valor recuperável de acordo com a perda estimada estabelecida pelo modelo de negócio da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos produtos acabados e produtos em processo, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

g. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Os ativos permanentes reconhecidos como "Imobilizado em andamento" tem por finalidade registrar todos os investimentos em ativo fixo da Companhia, os quais possuem controle individual por projeto, por localidade e tipo de investimento. Quando os projetos entram em produção ou quando são postos em serviço, estes são transferidos para as suas respectivas contas definitivas para o início da depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na Nota 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

h. Ativos intangíveis

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis relacionados à tecnologia industrial estão substancialmente representados por desenvolvimento de novos produtos para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de concluir os projetos e colocar os produtos no mercado.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos subsequentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O prazo de amortização destes ativos é determinado pela sua vida útil conforme demonstrado na Nota 13.

i. Ativos não financeiros (redução ao valor recuperável)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. A Administração da Companhia efetua anualmente uma análise de *impairment* aos gastos de desenvolvimento capitalizados, por ser um ativo intangível ainda não disponível para o uso, efetuando esta análise para imobilizado, apenas quando há indicadores de impairment. Baseado nesta análise a Administração da Companhia identificou evidências que justificam a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017, conforme evidenciado nas Notas 12 e 13.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração revisou estas avaliações e identificou a necessidade de complemento da redução ao valor recuperável reconhecida em 31 de dezembro de 2018, conforme evidenciado nas Nota 13.

j. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até doze meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

k. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

l. Capital Social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Qualquer montante adicional ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido.

m. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido de janeiro até dezembro. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a entidade possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a entidade transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas. A Companhia comercializa produtos, equipamentos e saneantes domissanitários da área médico e hospitalar, com a totalidade das vendas realizadas no mercado interno, que são classificadas com venda de produtos. As linhas de produtos e equipamentos vendidos para os hospitais são, bombas de infusão, monitores, desfibriladores, ventiladores, reprocessadoras de endoscópios e linhas de diálise. As prestações de serviços estão relacionadas com serviços de manutenção e reparação nos equipamentos vendidos aos clientes. A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheito no tempo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme mencionado na Nota 2.6, a administração não identificou efeitos relevantes relacionados à adoção do CPC 47/IFRS 15, e, consequentemente, não ocorreram alterações nas políticas contábeis relacionadas aos seu reconhecimento e mensuração.

q. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias positivas sobre ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado do exercício, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com os juros sobre empréstimos, e variações monetárias sobre passivos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método dos juros efetivos.

r. Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenções de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") para investimentos concedidos pelo governo estadual do Rio Grande do Sul. Esses incentivos fiscais estão diretamente ligados à operação de unidades produtivas, geração de empregos e desenvolvimento social e econômico. Essas subvenções governamentais são reconhecidas no resultado do exercício como outras receitas em uma base sistemática conforme os critérios para reconhecimento do benefício são atendidos. A parte referente ao diferimento do ICMS a pagar é registrada no passivo não circulante.

s. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

t. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto que para fins de IFRS representam informação financeira adicional.

u. Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

v. Normas, interpretações e revisões de normas não vigentes

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC)..

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

CPC 06 (R2)/IFRS 16 (Operações de Arrendamento Mercantil) - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. Conforme descrito na 29, a Companhia R\$ 508 de compromissos com arrendamento mercantil operacional, na qual a Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso de aproximadamente R\$ 899, passivos de arrendamento de R\$ 851, com impacto no resultado R\$ 46. A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das informações financeiras.

5 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O gerenciamento de riscos é estabelecido para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Os procedimentos de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e sua controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e setor de atuação, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito. A Companhia estabeleceu um procedimento de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada através de um Comitê de Crédito. As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente de acordo com a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais. No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoa física, jurídica ou órgãos públicos. A Companhia e sua controlada operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos. A Companhia e sua controlada estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável e que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos, quando aplicável.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. Os passivos financeiros divulgados abaixo são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Até um ano	Mais de ano	De 3 a 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Em 31 de dezembro	o 2018				
Fornecedores	6.754	-	-	-	6.754
Emprestimos	23.414	7.801	14.645	12.493	58.353
Duplicatas					
descontadas	5.435	-	-	-	5.435
Em 31 de dezembro	o 2017				
Fornecedores	10.840	-	-	-	10.840
Emprestimos	24.554	5.731	11.153	13.153	54.591
Duplicatas					
descontadas	8.998	-	-	-	8.998

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e de sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia atua no mercado externo, referente a aquisição de matéria-prima importada. Os resultados da Companhia e de sua controlada estão suscetíveis a sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.

Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade pelo o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

e. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

A política da administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores.

A administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A administração monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida, dividido pelo patrimônio líquido ajustado. Para este propósito, a dívida líquida é definida como o total dos passivos (incluindo empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamentos mercantis financeiros), menos caixa e equivalentes de caixa.

A relação da dívida líquida sobre o patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é apresentada a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Total empréstimos (nota 16)	58.353	54.655	
Total duplicatas descontadas (nota 16)	5.435	8.998	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(250)	(262)	
Aplicações financeiras (nota 6)	(2.119)	(1.526)	
Dívida Líquida (A)	61.419	61.865	
Total de patrimônio líquido (B)	82.129	77.142	
Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido (A/B)	0,75	0,80	

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	245	260	250	262
Aplicações financeiras	616	15	616	24
	861	275	866	286

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições de uso. O caixa e equivalenstes de caixa são compostos em sua maioria em valores depositados em conta corrente. As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimento nos quais a Companhia detém cotas. A Companhia possui aplicações financeiras de longo prazo vinculadas a empréstimos e financiamentos que correspondem aos montantes de R\$ 1.503 e R\$ 1.502 em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente, na controladora e consolidado. Essas aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários - CDB, remunerados a taxas que variam entre 100% e 101,5% do CDI e estão classificadas no ativo não circulante.

7 Contas a receber de clientes

	Controla	dora	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Duplicatas a receber (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.771	27.956	25.771	27.956	
	(4.167)	(4.433)	(4.167)	(4.433)	
	21.604	23.523	21.604	23.523	

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	13.272	17.222	13.272	17.222
Vencidas	12.204	11.146	12.204	11.146
1 a 30 dias	4.780	2.980	4.780	2.980
31 a 60 dias	717	1.314	717	1.314
61 a 90 dias	462	464	462	464
91 a 180 dias	784	793	784	793
181 a 365 dias	319	686	319	686
Mais de 365 dias	5.142	4.909	5.142	4.909
Depósitos a classificar	295	(412)	295	(412)
Total	25.771	27.956	25.771	27.956

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída além de uma estimativa de perda estimada com base nos valores históricos, também com base na avaliação individual dos clientes, nomeadamente o histórico de recebimentos e/ou inadimplência, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação da Companhia.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Saldo inicial do exercício Constituição Reversão Baixa	4.433 - (266) -	3.079 1.354 -	4.433 - (266) -	3.079 1.354 -	
Saldo final do exercício	4.167	4.433	4.167	4.433	

A despesa com a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "despesas de vendas" na demonstração do resultado do exercício.

O contas a receber oferecido em garantia de empréstimos e financiamentos, quando aplicável, está divulgados na Nota 16.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

8 Estoques

-	Controladora		Consolidado	
-	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Matérias-primas	10.616	12.061	10.616	12.061
Produtos em processo	198	_	198	-
Produtos acabados	13.888	14.153	13.888	14.153
Mercadorias para revenda		88		88
_	24.702	26.302	24.702	26.302

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou uma desvalorização de estoques no montante de R\$ 484, referente a giro, tendo por base o menor valor entre o valor de custo e o valor recuperável. A despesa com a desvalorização dos estoques foi registrada na rubrica "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado do exercício. Abaixo demonstramos a movimentações da provisão:

	Controla	adora	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Saldo inicial	329	-	329	-	
Adições	155	329	155	329	
Baixas	<u> </u>	<u> </u>			
Saldo final	484	329	484	329	

Não existem estoques oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos (Nota 16).

9 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores no exterior	2.273	7.987	2.273	7.987
Fornecedores nacionais	4.752	1.211	4.758	1.234
Adiantamento comissão	672	555	672	555
Outros créditos	100	412	100	412
	7.797	10.165	7.803	10.188

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

10 Impostos e contribuições a recuperar

-	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante				
Imposto Produtos Industrializados				
(IPI)	1.835	1.544	1.835	1.544
Imposto sobre Circulação – ICMS	2.121	2.207	2.121	2.208
Contribuição – COFINS	-	1.416	6	1.423
Programa de Integração Social (PIS)	-	305	1	305
Imposto de Renda (IRRF)	1.337	1.241	1.362	1.268
Contribuição Social (CSLL)	418	323	419	323
=	5.711	7.036	5.744	7.071
Ativo não circulante				
Desenvolver Pelotas (ii)	2.610	2.610	2.610	2.610
Contribuição – COFINS	3.737	3.424	3.737	3.424
Programa de Integração Social (PIS)	791	723	791	723
	7.138	6.757	7.138	6.757
=	7.136	0.737	7.136	0.737
_	12.849	13.793	12.882	13.828

- (i) Em 31de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu uma perda por redução no valor recuperável destes ativos no montante de R\$3.125 (zero em 31 de dezembro de 2017). A respectiva baixa foi realizada pois, na data de emissão das demonstrações financeiras, a administração não possuía evidências objetivas de recuperabilidade destes saldos.
- (ii) Relacionado ao incentivo fiscal detalhado na Nota 20 (c).

11 Investimento em controlada

a. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.630
Resultado de equivalência patrimonial	(192)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.438
Resultado de equivalência patrimonial	(309)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.129

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

b. Principais informações da controlada Signove Tecnologia S.A. (i)

	31/12/2018
Total ativo	3.710
Total passivo	1.315
Patrimônio líquido	2.395
Prejuízo do exercício	(463)
Participação	66,66%
Quantidade de ações ordinárias (em ações)	399.900

(i) A Signove Tecnologia S.A. é uma empresa de software brasileira focada em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a Saúde conectada, e no fornecimento de serviços de P&D especializados. A Signove desenvolve soluções para sistemas pervasivos, cloud, mobile computing, e sistemas embarcados.

c. Percentual de participação na controlada em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

	País	<u>Direta</u>
Signove Tecnologia S.A.	Brasil	66,66%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

12 Imobilizado

											Controladora
	Equipamentos de fabricação própria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios		Benfeitorias em bens locados	Terrenos	Obras civis	Imobilizado em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2017											
Custo	73.473	12.944	816	2.168	1.619	984	1.988	569	28.678	2.179	125.418
Impairment	(46.561)	- (9.424)	(538)	(1.670)	- (1.126)	(324)	(1.5.42)	-	(2.476)	-	- (62,692)
Depreciação acumulada	(46.561)	(8.434)		(1.670)	(1.136)		(1.543)		(3.476)	-	(63.682)
Saldo contábil, líquido	26.912	4.510	278	498	483	660	445	569	25.202	2.179	61.736
Em 31 de dezembro de 2017											
Saldo inicial	26.912	4.510	278	498	483	660	445	569	25.202	2.179	61.736
Adições	6.589	57	-	12	19	14	-	-	10	4.768	11.469
Baixas Transferências	(413) 2.602	(19) 368	- 74	(166) 32	42	10	7	-	-	(535) (3.141)	(1.133)
Impairment	2.602	-	- 14	32	42	-	/	-	6	(428)	(428)
Depreciação	(5.130)	(803)	(93)	(99)	(110)	(75)	(281)	-	(717)	(428)	(7.308)
• •	30.560	4.113	259	277	434	609	171	569	24.501	2.843	64.336
Saldo contábil, líquido	30.300	4.113	239	211	434	009	1/1	309	24.301	2.643	04.550
Em 31 de dezembro de 2017											
Custo	82.251	13.350	890	2.046	1.680	1.008	1.995	569	28.694	3.271	135.754
Impairment Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(428)	(428)
Depreciação acumulada	(51.691)	(9.237)	(631)	(1.769)	(1.246)	(399)	(1.824)	_	(4.193)	_	(70.990)
• •	30.560	4.113	259	277	434	609	171	569	24.501	2.843	64.336
Saldo contábil, líquido	30.300	4.113	239	211	434	009	1/1	309	24.301	2.643	04.330
Em 31 de dezembro de 2018	30.560	4.113	259	277	434	609	171	569	24.501	2.843	64.336
Saldo inicial Adições	5.158	4.113 125			434	009	853	309	1.273		7.409
Adições Baixas	(993)	(32)	-	(2)	(30)	-	(36)	-	(198)	-	(1.292)
Transferências	931	312	150	142	43	8	3	-	1.123	(2.711)	(1.292)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	_	11120	(2.711)	-
Depreciação	(5.753)	(819)	(101)	(109)	(103)	(75)	(187)		(709)		(7.856)
Saldo contábil, líquido	29.902	3.700	308	308	344	542	804	569	25.990	132	62.598
Em 31 de dezembro de 2018											
Custo	87.346	13.756	1.040	1.679	1.693	1.016	2.815	569	30.892	560	141.365
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(428)	(428)
Depreciação acumulada	(57.444)	(10.056)	(732)	(1.371)	(1.349)	(474)	(2.011)		(4.902)		(78.339)
Saldo contábil, líquido	29.902	3.700	308	308	344	542	804	569	25.990	132	62.598
Taxa anual de depreciação	10%	10%	20%	20%	10%	10%	20%		3%		
Vida útil	10	10	5	5	10	10	5	-	40	-	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Comentários sobre o imobilizado

- a. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração identificou indicadores de impairment do ativo imobilizado na rubrica relacionada a construção de um novo prédio administrativo, uma vez que este projeto se encontra suspenso. Consequentemente, nesta data, foi registrada uma perda por impairment no montante de R\$ 428, compreendendo a totalidade do custo incorrido até esta data, o qual foi alocado no resultado exercício na rubrica de "despesas depreciação". Em 31 de dezembro de 2018, a Administração reacessou a respectiva avaliação e conclui que, para fins de emissão das demonstrações financeiras relativas a este exercício, não se faz necessária o complemento do montante já reconhecido nestas demonstrações financeiras.
- **b.** Não foram identificados valores relevantes de ativo imobilizado nas empresas controladas incluídas no processo de consolidação
- **c.** Os imobilizados oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos, quando aplicável, estão divulgados na Nota 16.
- **d.** Uma das principais atividades da Companhia é a venda de insumos de infusão, que é suportada pela locação de bombas de infusão e no rtorno destas é verificado se estas bombas serão reparadas ou feita a munutenção, caso contrario as mesmas são baixadas como sucata, não sendo apurado nesse caso ganhos ou perdas.
- **e.** Do total da depreciação o montante de R\$ 7.160 está alocado no custo, R\$ 550 alocado nas despesas administrativas e R\$ 146 alocado em despesa com vendas.

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. Notas explicativas da administração às demonstrações

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

13 Intangível

					Controladora
	Direito de uso de sorftware	Tecnologia industrial	Marcas e Patentes	Intangíveis em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2017					
Custo	1.176	24.475	11	261	25.923
Impairment	-	-	-	-	-
Amortização acumulada	(1.065)	(4.333)	_	(18)	(5.416)
Saldo contábil, líquido	111	20.142	11	243	20.507
Em 31 de dezembro de 2017					
Saldo inicial	111	20.142	11	243	20.507
Adições	152	512	-	3.157	3.821
Baixas (custo)	-	-	-	-	-
Baixas (amortização)	-	-	-		-
Transferências	555	3.022	2	(3.024)	555
Impairment	-	(2.587)	-	-	(2.587)
Amortização	(605)	(695)		(1)	(1.301)
Saldo contábil, líquido	213	20.394	13	375	20.995
Em 31 de dezembro de 2017					
Custo	1.883	28.009	13	394	30.299
Impairment	-	(2.587)	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Amortização acumulada	(1.670)	(5.028)		(19)	(9.304)
Saldo contábil, líquido	213	20.394	13	375	20.995
Em 31 de dezembro de 2018					
Saldo inicial	213	20.394	13	375	20.995
Adições	55	6.372	-	3.403	9.830
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	3.615	-	(3.615)	-
Impairment	-	(7.786)	-	-	(7.786)
Amortização	(109)	(326)	(1)		(436)
Saldo contábil, líquido	159	22.269	12	163	22.603
Em 31 de dezembro de 2018					
Custo	1.938	37.996	13	182	40.129
Impairment	-	(10.373)	-	-	(10.373)
Amortização acumulada	(1.779)	(5.354)	(1)	(19)	(7.127)
Saldo contábil, líquido	159	22.269	12	163	22.603
Taxa anual de depreciação	20%	10%	10%	-	
Vida útil	5	10	10	-	

29

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Comentários sobre o intangível

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração avaliou a viabilidade de conclusão dos projetos e a existência de que algum projeto possa ter sofrido perdas em sua expectativa de rentabilidade futura com a previsão de geração de caixa inferior ao seu valor contábil. Como resultado desta análise, a Administração identificou um conjunto de ativos cuja previsão de geração de caixa é inferior ao seu valor contábil. Consequentemente, nesta data, foi registrada uma perda por impairment no montante de R\$ 7.786 mil, o qual foi alocado no resultado do exercício na rubrica de "despesas depreciação". Em 31 de dezembro de 2017, a Administração tinha identificado a necessidade de reconhecimento contábil de perdas adicionais relacionadas ao assunto, no montante de R\$ 2.587. Os impairments de 2017 e 2018 foram registradas para a totalidade do valor de 2 projetos (Anes e Lafergs), que por decisão do conselho de administração foram cancelados, um em 2017 e o outro em 2018. A decisão foi tomada em consequência de alterações de mercado, e perspectivas sobre o retorno do investimento. Em 31 de dezembro de 2018, a administração revisou os demais projetos e não identificou indicadores adicionais de impairment nesta data.

Do total da amortização o montante de R\$ 105 está alocado no custo, R\$ 261 alocado nas despesas administrativas e R\$ 70 alocado em despesa com vendas.

a. Ativos intangíveis no balanço patrimonial consolidado tem a seguinte composição:

31/12/2018	31/12/2017
22.603	20.995
2.790	2.793
25.393	23.788
	2.790

O projeto de desenvolvimento de software na Signove está apresentado pelo seu valor de custo. Atendendo que o projeto ainda se encontra em curso, ainda não foi iniciada a sua amortização, que se prevê que seja de 10 anos.

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Fornecedores nacionais Fornecedores	6.592	6.545	6.592	6.545	
estrangeiros	162	4.295	189	4.295	
	6.754	10.840	6.781	10.840	

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

15 Partes relacionadas

Os principais saldos do passivo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos com partes relacionadas

	31/12/2018	31/12/2017
Signove Tecnologia S/A Financiamento - BNDES (a)	1.278	534
	1.278	534

- Empréstimos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -(a) BNDES com a finalidade de investimento e liquidados integralmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
- Empréstimo efetuado à controlada Signove. O empréstimo efetuado à Signove no (b) decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado abaixo, foi integralmente liquidado pela controlada nesta data.

Transações com partes relacionadas

	31/12/2018	31/12/2017
Signove - Contas a receber	1.278	581
	1.278	581

As contas a receber e as transações efetuadas junto à Signove foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração é composta por diretores e conselheiros da Companhia.

	31/12/2018	31/12/2017
Salários	2.339	2.037
Encargos	112	76
Outros benefícios	406	265
	2.857	2.378

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço ou outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

16 Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
Banco	Encargos	Mês de Vencimento	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Banco Itaú S.A.	3,0% a.a.	mai/18	-	50	-	50
Banco Itaú S.A.	4% a.a. + TJLP	jun/21	214	300	214	300
Banco Itaú S.A.	2,19% a.a + CDI	dez/19	906	-	906	-
Banco Santander S.A	6,16% a.a.+CDI	fev/19	5.480	12.769	5.480	12.769
Banco Santander S.A	6,55% a.a.+CDI	out/22	7.814	9.846	7.814	9.846
Banco Santander S.A	1,10% a.m.	dez/19	3.038		3.038	
Finep	TJLP + 1,5%	abr/25	33.998	27.337	33.998	27.337
Banco Banrisul	1% a.a. +CDI	abr/21	598	834	598	834
Banco Unicred	0,90% a.a +CDI	mai/20	131	203	131	203
Banco Unicred	0,65% a.a +CDI	nov/22	160	206	160	206
Banco Unicred	0,98% a.m.+CDI	fev/19	201	-	201	-
Banco Safra	0,79% a.m.+CDI	jun/19	706	706	706	706
Banco Safra	1,39% a.m.	nov/18	-	923	-	923
Banco Safra	0,85% a.m. + CDI	set/19	761	-	761	-
Bamco Itaú	1,47 a.a.	mar/19	769	-	769	-
Bamco Itaú	4,64 a.a.	abr/19	1.074	-	1.074	-
Bamco Itaú	4,53 a.a.	mai/19	1.058	-	1.058	-
Bamco Itaú	1,24 a.a.	mai/19	476	-	476	-
Saldo negativo de bancos			969	1.417	969	1.481
			58.353	54.591	58.353	54.655
Total de empréstimos e fin	anciamentos		58.353	54.591	58.353	54.655
Passivo Circulante			23.326	21.345	23.326	21.409
Passivo Não Circulante		=	35.027	33.246	35.027	33.246

Os vencimentos, por ano, estão apresentados abaixo:

	Até um ano	Mais de ano	De 3 a 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2018 Em 31 de dezembro de	23.326	7.889	14.645	12.493	58.353
2017	21.409	8.876	11.153	13.153	54.591

Cláusulas restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusulas contratuais restritivas ("covenants"), as quais permitem ao credor considerar antecipadamente vencido o contrato e exigir de imediato o pagamento do saldo devedor em aberto nas seguintes hipóteses:

(a) Contratos Capital de Giro Banco Santander S.A.

- Inadimplência da Companhia, dos avalistas ou qualquer sociedade indiretamente ligada nas suas obrigações com o banco ou qualquer sociedade ligada ao banco;
- Inadimplência da Companhia, dos avalistas ou qualquer sociedade indiretamente ligada nas suas obrigações com terceiros;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

- Se a Companhia ou avalistas tiverem títulos de suas responsabilidades protestados cujo somatório some R\$ 50 mil;
- Se a Companhia sofrer qualquer medida judicial ou extrajudicial que a critério do banco possa afetar sua capacidade de honrar obrigações;
- Se a Companhia ou avalistas tornarem-se insolventes, tiverem falência requerida, início de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, se acolher a RAET - regime de administração especial temporária;
- Transferência de bens e obrigações;
- Se ocorrer qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Companhia, ou ainda se ocorrer incorporação, cisão ou fusão;
- Não reforçarem, em caso de perecimento, perda ou depreciação das garantias mencionadas em contrato;
- Se houver alteração ou modificação do objeto social.

(b) Contratos Capital de Giro Banco Itaú S.A.

- Inadimplência da Companhia junto ao credor;
- Se a Companhia iniciar qualquer procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, se for requerida sua falência, ou se houver protesto de título contra a Companhia;
- Não cumprimento de qualquer obrigação assumida em outras obrigações celebradas com o banco, suas controladas, controladores ou coligadas;
- Substituição do devedor solidário por motivo de insolvência;
- Não reforçarem, em caso de perecimento, perda ou depreciação das garantias ou dos direitos creditórios mencionadas em contrato;
- Se houver sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela Companhia ou seus dirigentes, que importe em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente;
- Indícios de crise econômica financeira ou de estado pré-falimentar;

(c) Contratos Finame Banco Itaú S.A.

- Inadimplência da Companhia junto ao credor;
- Se a Companhia sofrer protesto de título, pedir falência ou insolvência, requerer recuperação judicial, convocar credores para propor plano de recuperação extrajudicial;
- Se for proposto contra a Companhia ação judicial por não pagamento de dívida certa, líquida e vencida, que a critério do Itaú comprometa o cumprimento de suas obrigações ou garantias;
- Se for apurada falsidade de qualquer declaração, informação ou documento entregue ao banco;
- Se for comprovada sentença transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela Companhia ou seus dirigentes, que importe em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente.

(d) Contratos Investimentos - Banco BNDES

 Redução do quadro de pessoal da beneficiária sem atendimento ao disposto no inciso III da cláusula oitava;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime conta o meio ambiente:
- Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- Este contrato também vencerá antecipadamente, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na data da diplomação como Deputado Federal ou Senador, de pessoa que exerça função remunerada na Beneficiária, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, inciso I e II

Não ocorreram quebras de cláusuas restritivas (covenants) no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Duplicatas descontadas

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2018, operações de desconto de duplicatas no montante de R\$ 5.435 (R\$ 8.998 em 31 de dezembro de 2017), nas quais a Companhia assume o risco de crédito. Estas operações possuem prazo de 30 a 180 dias e taxa média de encargos financeiros de 1,30% a.m. em 31 de dezembro de 2018 (1,60% a.m. em 31 de dezembro de 2017).

Por fazer parte do endividamento e, consequentemente do cálculo da dívida líquida, a Companhia adota como política a apresentação das operações de desconto de duplicatas para fins de demonstração do fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Garantias

As garantias dos financiamentos e empréstimos são compostas como segue:

Banco	Encargos	Mês de Vencimento	Garantias
Banco Itaú S.A.	4% a.a. + TJLP	jun/21	Ativo Imobilizado
Banco Itaú S.A.	2,19% a.a.+CDI	dez/19	Aval
Banco Santander S.A	6,16% a.a.+CDI	fev/19	Aval
Banco Santander S.A	6,55% a.a.+CDI	out/22	Aval
Banco Santander S.A	1,10% a.a	dez/19	Aval
Finep	TJLP + 1,5%	abr/25	Aval, Fiança Bancária e Imóvel
Banco Banrisul	1% a.a. +CDI	abr/21	Aval
Banco Unicred	0,90% a.a +CDI	mai/20	Aval
Banco Unicred	0,65% a.m +CDI	nov/22	Aval
Banco Unicred	0,98% a.m +CDI	fev/19	Aval
Banco Safra	0,79% a.m +CDI	jun/19	Aval
Banco Safra	0,85% a.m +CDI	set/19	Aval
Banco Itaú	1,47 a.a.	mar/19	Duplicatas
Banco Itaú	4,64 a.a.	abr/19	Duplicatas
Banco Itaú	4,53 a.a.	mai/19	Duplicatas
Banco Itaú	1,24 a.a.	mai/19	Duplicatas
Saldo negativo de bancos		jan/19	Duplicatas

As duplicadas descontadas são garantidas pelo contas a receber que originou a operação de desconto.

Reconciliação da dívida líquida

					Consolidado
	Emprés timos bancários	Duplicatas descontadas	Caixa e equivalentes	Aplicações financeiras	Dívida líquida
Dívida líquida em 1 de janeiro de 2017	56.573	2.816	(1.895)	(2.565)	54.929
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Obtenção de empréstimos - principal	960		-		960
Pagamento de empréstimos - principal	(7.093)		-		(7.093)
Pagamento de empréstimos - juros	(5.979)				(5.979)
Outras variações	(534)	6.182	1.633	1.039	8.320
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Despesa de juros e variações apropriados	10.728				10.728
Dívida liquida em 31 de dezembro de 2017	54.655	8.998	(262)	(1.526)	61.865
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Obtenção de empréstimos - principal	14.071				14.071
Pagamento de empréstimos - principal	(11.689)				(11.689)
Pagamento de empréstimos - juros	(4.341)				(4.341)
Outras variações	533	(3.563)	12	(593)	(3.611)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Despesa de juros e variações apropriados	5.124				5.124
Dívida liquida em 31 de dezembro de 2018	58.353	5.435	(250)	(2.119)	61.419

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

17 Obrigações sociais e trabalhistas

	Control	adora	Consol	lidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante				
Salários a pagar	617	632	619	633
INSS a recolher	1.949	1.675	1.950	1.677
FGTS a recolher	126	163	126	163
Provisões sobre a folha	1.223	1.374	1.226	1.378
Outros	485	242	486	244
	4.400	4.086	4.407	4.095
Passivo não circulante				
INSS parcelado (i)	5.425	3.962	5.425	3.962
Outros	5	7	5	7
	5.430	3.969	5.430	3.969

⁽i) Parcelamento dos débitos de INSS mantidos pela Companhia relativos ao ano de 2018 e exercícios anteriores. O pagamento, nos termos do parcelamento, será realizadoem 60 parcelas mensais e consecutivas, com vencimento final em Agosto de 2023. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuí parcelas em atraso.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Foram constituídos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, imposto de renda e contribuição social diferidos com a seguinte natureza:

	Control	ladora	Consol	idado
Passivos fiscais diferidos	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Capitalização dos juros sobre				
empréstimos	109	113	109	113
Custo atribuído (deemed cost)	-	168	-	168
Diferença vida útil prédio	1.060	922	1.060	922
	1.169	1.203	1.169	1.203
Ativos fiscais diferidos				
Provisão para crédito de liquidação				
duvidosa	1.418	1.507	1.418	1.507
Provisão para contingencias				
trabalhistas	1.070	764	1.070	764
Provisão para pagamento de royalties	42	147	42	147
Provisão para perdas de estoque	165	111	165	111
Provisão impairment de imobilizado,				
intangível e impostos	4.558	1.025	4.558	1.025
Provisões indedutíveis	-	(170)	-	-170
Prejuízo fiscal	9.239	9.636	9.626	9.785
	16.492	13.020	16.879	13.169
	15.323	11.817	15.710	11.966

Conciliação do resultado tributável com a despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social

	Control	adora	Consolic	lado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(5.338)	(12.603)	(5.781)	(12.848)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social pela	1015	4.207	1000	4.249
alíquota combinada - 34%	1.815	4.285	1.966	4.368
Incentivos fiscais	1.684	1.713	1.684	1.713
Adições e (exclusões), líquidas	7	-579	95	-513
Imposto de renda e contribuição				
social no resultado do exercício	3.506	5.419	3.745	5.568
Alíquota efetiva	-66%	-43%	-65%	-43%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Expectativa de realização dos tributos diferidos ativos

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

	Valor
2019	2.490
2020	3.808
2021	5.713
2022	4.868
Total	16.879

Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos ativos realizados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

A Companhia possui impostos diferidos ativos não reconhecidos no montante de R\$ 16.012, referentes a prejuízos fiscais e bases negativas dos anos de 2011 a 2014.

19 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o saldo da provisão para contingências está baseado na avaliação da possibilidade de perda, estimada pelos consultores jurídicos da Companhia para as questões em litígio judicial de origem cível, trabalhista e tributário. A provisão é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- . Contingências trabalhistas: consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago nas demissões em virtude da recente reestruturação operacional para a adequação da estrutura de custos recente da Companhia.
- . Ações tributárias: consistem em autos de infração de ICMS e IPI movidos contra a Companhia pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

A composição do saldo da controladora e do consolidado é a seguir apresentada:

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhista	3.148	2.247
	3.148	2.247

A movimentação da provisão para contingências é a seguir a presentada:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controladora	Controladora e consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017		
Saldo inicial do exercício Constituição Reversão	2.247 901	455 1.792		
Saldo final do exercício	3.148	2.247		

A Companhia possui uma estimativa de valor referente a processos com perda possível de R\$ 28.332 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 18.805 em 31 de dezembro de 2017), conforme composição demonstrada abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Cível	251	201
Tributária	21.333	2.351
Trabalhista	6.749	16.253
	28.332	18.805

O aumento das perdas possíveis no âmbito tributário da Companhia decorre de um auto de infração emitido por parte do Estado do Rio Grande do Sul relacionado ao crédito presumido de ICMS originado do FUNDOPEM. A redução das perdas possíveis no âmbito trabalhista da Companhia decorre, substancialmente, da alteração na legislação trabalhista no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 2.576.438 ações ordinárias, no valor de R\$ 73.436. O capital social está dividido da seguinte forma:

Acionista	Participação	Ações ordinárias	Total integralizado
Lifemed Administração e Participações Ltda.	41%	1.065.600	30.109
Lifemed Capital Participações Ltda.	16%	422.285	11.750
BNDES Participações S.A.	22%	552.503	16.156
Kumla S.A.	9%	219.851	6.609
Fundo BBI Financial I	12%	316.199	8.812
Total	100%	2.576.438	73.436

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 2.511.377 ações ordinárias, no valor de R\$ 68.436. O capital social está dividido da seguinte forma:

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Acionista	Participação	Ações ordinárias	Total integralizado
Lifemed Administração e Participações Ltda.	42%	1.065.600	28.743
Lifemed Capital Participações Ltda.	23%	563.497	15.740
BNDES Participações S.A.	22%	552.503	15.056
Kumla S.A.	9%	219.851	6.159
Fundo BBI Financial I	4%	109.926	2.738
Total	100%	2.511.377	68.436

Em 15 de março de 2018 foi deliberado pelos acionistas em AGE o aumento do capital social da Companhia em R\$ 5.000, com fundamento no art. 170 da Lei nº 6.404/76, mediante a emissão de 65.061 (sessenta e cinco mil e sessenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Ações	Valor
Em 1 de janeiro de 2017	2.511.377	68.436
Ações emitidas	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	2.511.377	68.436
Ações emitidas	65.061	5.000
Em 31 de dezembro de 2018	2.576.438	73.436

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Será destinada à reserva de investimentos e capital de giro e tem como objetivo atender às necessidades de recursos para execução dos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia.

d. Reserva de subvenção para investimentos

A reserva de subvenção para investimentos apropria os valores de subvenções recebidas do Estado através do programa FUNDOPEM/RS (Nota 27) e também a subvenção concedida pela Prefeitura de Pelotas através do reembolso de parte do ICMS durante um prazo de 10 anos, entre 2007 e 2016. Conforme mencionado na Nota 27 às demonstrações financeiras, a Companhia é beneficiária de subvenções governamentais para investimentos, as quais são reconhecidas no resultado do exercício e são excluídas na determinação do lucro tributável pelo imposto de renda e contribuição social. Os benefícios decorrentes desses incentivos não podem ser distribuídos como dividendos aos acionistas e devem ser mantidos em reservas de lucros, exceto para fins de absorção de prejuízos, sendo que as reservas devem ser reconstituídas à medida que lucros sejam gerados, até o montante dos benefícios obtidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

21 Receita operacional líquida

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Venda de produtos à				
órgãos governamentais	27.369	23.136	27.369	23.136
Venda de produtos a				
entidades privadas	97.773	83.065	97.773	83.065
Prestação de serviços	4.095	2.969	4.095	2.969
Impostos sobre as vendas e				
prestações de serviços	(17.837)	(18.499)	(17.837)	(18.499)
Devoluções e abatimentos	(3.612)	(2.241)	(3.612)	(2.241)
	107.788	88.430	107.788	88.430

Toda a receita da Companhia é proveniente de vendas no mercado interno.

22 Despesas por natureza

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Matéria-prima	(31.477)	(24.551)	(31.477)	(24.551)
Remuneração direta	(28.575)	(26.692)	(28.665)	(26.781)
Comissões sobre vendas	(2.138)	(2.523)	(2.138)	(2.523)
Frete sobre vendas	(2.785)	(2.352)	(2.785)	(2.352)
Despesas com viagem	(1.897)	(2.325)	(1.919)	(2.348)
Depreciação e amortização	(16.078)	(11.624)	(16.093)	(11.642)
Serviços pessoas jurídicas	(11.762)	(12.256)	(12.028)	(12.309)
Despesa com marketing	(696)	(692)	(696)	(692)
Despesa aluguel, água, luz e				
telefone	(2.194)	(2.214)	(2.377)	(2.328)
Provisão para contingência	(901)	(1.792)	(901)	(1.792)
Gastos com projetos	(1.748)	(1.533)	(1.748)	(1.596)
Outras despesas	(3.874)	(3.899)	(3.906)	(3.917)
	(104.125)	(92.453)	(104.733)	(92.831)
Custo dos produtos vendidos	(60.091)	(51.957)	(60.091)	(51.957)
Despesas gerais e administrativas	(19.521)	(14.784)	(20.129)	(15.162)
Despesas de vendas	(24.513)	(25.712)	(24.513)	(25.712)
•	(104.125)	(92.453)	(104.733)	(92.831)

41

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consol	lidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras				
Despesas de juros	(9.324)	(10.660)	(9.409)	(10.728)
Despesas bancárias	(364)	(452)	(372)	(456)
Variação cambial passiva	(412)	(487)	(412)	(487)
Outras despesas financeiras	(1.382)	(1.483)	(1.388)	(1.488)
	(11.482)	(13.082)	(11.581)	(13.159)
Receitas financeiras				
Desconto obtido	68	54	73	63
Variação cambial ativa	346	3	346	3
Receita de juros	310	399	310	408
	724	456	729	474
	(10.758)	(12.626)	(10.852)	(12.685)

24 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consoli	idado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outras Receitas Crédito presumido de	188	114	188	114
ICMS (Nota 27)	4.953	5.038	4.953	5.038
Impairment de impostos	(3.125)	-	(3.125)	-
Outras despesas	-	(914)	-	(914)
_	2.016	4.238	2.016	4.238

25 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela administração da Companhia.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controladora		Consolie	dado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Caixa e equivalentes de				
caixa	245	260	250	262
Aplicações financeiras	2.119	1.517	2.119	1.526
	2.364	1.777	2.369	1.788
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (*)				
Contas a receber	21.604	23.523	21.604	23.523
Adiantamento a				
fornecedores	7.797	10.165	7.803	10.188
Outros créditos	1.454	1.693	1.460	1.128
Partes relacionadas	1.278		<u>-</u>	
	32.133	35.381	30.867	34.839

(*) Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia denominava os "Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado" como "Empréstimos e recebíveis".

	Controladora		Consolie	dado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Fornecedores Empréstimos e	6.754	10.840	10.248	10.840
Financiamentos Duplicatas descontadas	58.353 5.435	55.125 8.998	58.353 5.435	55.189 8.998
Partes relacionadas	70.542	534 75.497	70.569	75.027
	70.342	13.431	70.309	13.021

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Instrumentos financeiros derivativos

	Consoli		
Contrato	Ativo	Passivo	Resultado
1273714	1.027	1.032	(5)
1276969	458	461	(3)
1270139	1.052	1.069	(17)
1266610	757	785	(28)
	3.294	3.347	(53)

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de proteção e não como investimentos especulativos e, portanto, não se enquadram nos critérios de contabilidade de hedge.

b. Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), e das contas a pagar a fornecedores estejam próximas dos seus valores justos. Em 31 de dezembro de 2018, o valor justo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber aproximam-se dos valores contábeis devido à sua natureza de curto prazo ou porque não estão sujeitos a taxas de juros variáveis.

c. Análise de sensibilidade

Conforme mencionado na Nota 16, a Companhia possui empréstimos e financiamentos com diversas taxas de juros. Entretanto, a Administração considera que as variações mais significativas estão atreladas as operações pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 25% e 50% pontos base nas taxas de juros CDI e TJLP, na data das informações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

	Em 3	Em 31/12/2018		mento ou do índice
	Saldo	Índice	25%	50%
Passivos financeiros sujeitos a variação da TJLP				
Empréstimos e financiamentos	2.300	6,98%	8,73%	10,47%
			40	80
Passivos financeiros sujeitos a variação do CDI				
Empréstimos e financiamentos	4.884	6,40	8,00%	9,60%
			78	156
Aumento ou redução da dívida total			118	237

Análise de sensibilidade de risco da taxa de câmbio

Uma alteração de 5% e 10% pontos base nas taxas de câmbio, na data das informações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de adiantamentos a fornecedores estrangeiros de acordo com os montantes mostrados abaixo.

A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	Em 31/12/2018		Aur Em 31/12/2018 <u>redução da</u>		mento ou a cotação
	Saldo	Cotação	25%	50%	
Passivos expostos ao dólar americano Contas a pagar	342	3,8742	4,0679	4,2616	
			66	132	
Passivos expostos ao dólar americano Contas a pagar	244	4,4375	4,6594	4,8813	
			54	108	
Aumento ou redução da variação cambial, líquida			120	241	

26 Participação nos lucros

A Companhia, baseada na política de remuneração variável, aprovada pela Administração, concede participação nos lucros e resultados aos seus empregados, que está vinculada a um plano de ação, objeto da avaliação dos resultados, bem como ao alcance de objetivos específicos, os

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não ocorreram pagamentos de participações nos lucros.

27 Obrigações fiscais e tributárias a recolher

a) Obrigações fiscais e tributárias a recolher

	Controladora		ra Consol	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante				
Imposto Produtos Industrializados				
(IPI)	_	88	-	88
Imposto sobre Circulação – ICMS	823	1.647	823	1.647
Imposto de Renda a Recolher	603	616	604	618
Contribuição Social (CSLL)	25	-	25	-
Outros impostos	54	40	55	47
	1.505	2.391	1.507	2.400

b) ICMS diferido a recolher

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia têm a natureza de subvenções para investimentos estaduais.

Os valores das subvenções recebidas do Estado são representados pelo programa FUNDOPEM/RS - Estado do Rio Grande do Sul, que visa atender aos interesses do desenvolvimento regional, de forma a subvencionar os investimentos realizados na expansão de uma unidade industrial no município de Pelotas (RS) e o incremento e manutenção de postos de trabalho. Esta subvenção foi concedida no âmbito da estratégia de fomento ao desenvolvimento industrial definido nos programas FUNDOPEM/RS e INTEGRAR/RS, decreto nº 42.360/03. O cálculo da subvenção é determinado a partir do montante de ICMS devido incremental e incidente sobre os negócios realizados pelas unidades industriais incentivadas. O valor total deste incentivo estadual é de aproximadamente R\$ 31.000 a valores da data da assinatura do Termo de Ajuste nº 025/2006 em 19 de outubro de 2006 até 31 de dezembro de 2017. Desde 2014 a Companhia está habilitada a utilizar o crédito presumido de ICMS de acordo com o decreto estadual do RS 51.074/2013. Esse crédito é apurado com base no saldo de débitos e créditos do mês de ICMS/RS. A alíquota é de 60% sobre o saldo apurado e lançado no resultado em outros créditos conforme há evidência do atingimento dos critérios para reconhecimento do benefício.

O total das subvenções recebidas acumulado é de R\$ 24.684. No exercício de 2018 o montante apropriado foi de R\$ 4.953 (R\$ 5.038 em 2017). As subvenções governamentais têm um tratamento fiscal diferenciado na apuração do lucro real, pois as receitas decorrentes desses benefícios são excluídas da base de cálculo.

28 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores no exercício e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2017, conforme o quadro abaixo:

	Consolidado		
	31/12/2018 31/12/20		
Resultado do exercício	(1.922)	(7.184)	
Ações ordinárias	2.576.438	2.511.377	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.565.595	2.511.377	
Resultado por ação básico (em reais)	(0,7460)	(2,8606)	
Resultado por ação diluído (em reais)	(0,7491)	(2,8606)	

29 Compromissos (consolidado)

A Companhia arrenda pontos de escritórios e armazéns segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os termos do arrendamento são de três anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos futuros totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	31/12/2018	31/12/2017
Menos de um ano	331	237
Mais de um ano e menos de cinco anos	177	364
	508	601

30 Seguros (não auditado)

A Companhia, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil. A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados. Os ativos segurados são a planta, as máquinas e equipamentos localizados em Pelotas, onde se localiza a matriz da Companhia, e as edificações locadas onde a Companhia tem instaladas as áreas comerciais e de assistência técnica em São Paulo. Abaixo as descrições e valores das coberturas:

31/12/2018	
	16,000

Danos Materiais	46.000
Lucros cessantes	933.487

* * *